

# REVISITANDO UMA POLÊMICA: A NOÇÃO DE 'DETERMINISMO' NO MATERIALISMO HISTÓRICO (UMA EXPOSIÇÃO DAS ALTERNATIVAS TEÓRICAS)

## Modo de produção, luta de classes e determinismo

O conceito de *modo de produção*, como se sabe, é basilar para o Materialismo Histórico. Ainda não houve pensador marxista que o colocasse em cheque, pois dificilmente subsistiria algo que ainda pudesse ser chamado de “materialismo histórico” se o *modo de produção* não estivesse em um ponto central da análise historiográfica ou sociológica. Na verdade, *modo de produção e luta de classes* são os dois conceitos basilares do Materialismo Histórico. Isto porque de um lado, a História é a história da sucessão de modos de produção (ou da transformação de ‘formações sociais’ umas em outras); e, de outro lado, a História é também a história da “luta de classes” – dos grupos sociais que se confrontam organizados por uma determinada consciência de classe e posicionados de alguma maneira em relação ao modo de produção em vigor.

Outro aspecto importante no processo de auto-recriação do Materialismo Histórico, a partir desta contribuição coletiva que abrange inúmeros autores, é o fato de que, na história do Materialismo Histórico, como um paradigma de análise histórica e social, o conceito de *modo de produção* foi adquirindo novas

JOSÉ D’ASSUNÇÃO BARROS\*

### RESUMO

Este artigo tem por objetivo conduzir uma discussão acerca da noção de Determinismo ao longo dos vários desenvolvimentos teóricos do Materialismo Histórico, desde as obras de Marx e Engels até alguns dos autores mais recentes. Algumas das posições teóricas que se referem ao problema do Determinismo na tradição Marxista são comparadas, de modo a oferecer uma visão panorâmica sobre as várias alternativas disponíveis para enfrentar o desafio de repensar o Materialismo Histórico em novas bases.

**Palavras-chave:** materialismo histórico; determinismo; teoria.

### ABSTRACT

This article aims to conduct a discussion about the notion of Determinism in the various theoretical developments of the Historic Materialism, since the works of Marx and Engels until some recent authors. Some of the theoretic positions referred to the problem of the Determinism in the Marxist tradition are compared, in order to offer a great view of the several alternatives to face the challenge to rethinking the Historic Materialism in new basis.

**Keywords:** historic materialism; determinism. theory.

\* Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), nos cursos de Mestrado e Graduação em História, onde leciona disciplinas ligadas ao campo da Teoria e Metodologia da História. Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

e novas elaborações, particularmente à medida que os historiadores foram confrontando o modelo criado com situações históricas efetivas. Lukács, Gramsci, Pierre Vilar, Edward Thompson, Eric Hobsbawm são apenas alguns dos nomes que se integraram a este grande esforço de reformulação teórica de um conceito que ocupa uma posição tão central na concepção do materialismo histórico.

A questão-chave a ser reajustada quando se fala em *modo de produção* diz respeito ao papel que deve desempenhar o “determinismo”, seja no que se refere às relações do modo de produção com outras instâncias da sociedade, seja no que se refere à transformação de um modo de produção em outro. Até que ponto a passagem de um modo de produção a outro, no decorrer da história, pode ser entendida como “determinada” – como algo que ocorrerá necessariamente em uma certa direção, e não em outra? Ao mesmo tempo, até que ponto a maneira como uma sociedade se estrutura nas suas condições mais imediatas de produção – na sua base fundamental, por assim dizer – impõe características que afetam o mundo humano em outras instâncias como a arte ou a religião? Estas questões,

## REVISITANDO UMA POLÊMICA:

relacionadas à noção de “determinismo”, também foram amplamente discutidas por pensadores posteriores, ligados ao pensamento marxista. São estes vários posicionamentos que examinamos neste artigo, de modo a mostrar que também aqui o Materialismo Histórico tem se apresentado como concepção científica em permanente transformação.

### A relativização da noção de Determinismo nas diversas correntes marxistas

A relativização da idéia de *determinismo econômico* vem ocorrendo, a rigor, desde os próprios fundadores do Materialismo Histórico. Nas *Cartas a Starkenburg, Bloch e Schmidt* já começam a aparecer as ressalvas e observações de Friedrich Engels com relação à impossibilidade de se considerar um determinismo econômico absoluto, que regesse todos os fatos da História<sup>1</sup>. De igual maneira, tal como observa Eric Hobsbawm (1984, p. 45), marxistas posteriores começaram a discutir o papel do acaso e do indivíduo na História, a exemplo de Plekhanov (1987, p. 72-112).

A idéia de determinismo – e existem diversos outros posicionamentos teóricos para além do Materialismo Histórico que também trabalham com esta formulação, e não apenas em referência à esfera econômica – sempre instiga preocupações relacionadas à reflexão sobre a liberdade humana. Daí as questões relativas à determinação na história estarem entre os temas mais visitados e revisitados no campo do Materialismo Histórico.

De modo geral, os historiadores e filósofos marxistas, e o próprio Engels na sua correspondência dos últimos anos, foram criativos ao imaginarem algumas saídas para aquilo que poderia se tornar um estagnante modelo de determinação absoluta. Houve também os que embarcaram na estagnação do determinismo absoluto, muitas vezes impondo esta idéia e eliminando evidências relativizadoras a golpes de martelo, como foi o caso de Joseph Stalin, que na fase de seu exercício ditatorial mais absoluto impôs à historiografia russa o modelo único e “inquestionável”

da sucessão unilinear de cinco modos de produção. Por outro lado, as relativizações da noção de “determinismo econômico” foram mais ricas. Devemos entender dois tipos de determinismo que são sugeridos pelo Materialismo Histórico, para analisar, por partes, esta questão.

Há, de um lado, um ‘determinismo diacrônico’, que seria aquele de acordo com o qual se diz que uma estrutura social fatalmente resultará em outra (por exemplo, o *modo de produção feudal* necessariamente conduz ao *modo de produção capitalista*, e o *modo de produção capitalista* necessariamente conduz ao *modo de produção socialista*, sem reversões possíveis, atalhos, ou variações).

E há, de outro lado, o que denominaremos ‘determinismo sincrônico’, que corresponde à idéia de que existe certa “base” que condiciona ou determina uma certa “superestrutura”. As perguntas que se colocam relacionam-se à intensidade e à natureza da determinação que é imposta sobre a superestrutura pela base econômica (e há, aliás, variações relacionadas ao que estaria de fato incluído na base). Também se põem outras perguntas, referentes a possíveis influências da superestrutura sobre a base, ou sobre a relativa autonomia de alguns aspectos da superestrutura.

Existem diversas passagens, em Marx e em Engels, abordando o determinismo sincrônico, isto é, o determinismo que emana das bases materiais e econômico-sociais de uma sociedade e que resulta no surgimento de uma superestrutura correspondente, na qual se incluirão todas as maneiras de pensar e formas de expressão cultural como a arte, as concepções filosóficas, os padrões de sociabilidade, a ideologia, e assim por diante. Em certa passagem de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (1852), que é uma obra na qual Marx procura empreender uma análise histórica específica, encontramos as seguintes palavras:

Sobre as diferentes formas de propriedade, sobre as condições de existência social, constrói-se toda uma superestrutura de impressões, de ilusões, de formas de pensar e de concepções filosóficas particulares. A classe inteira as cria e as forma sobre a

base das condições materiais e das relações sociais correspondentes. O indivíduo que as recebe por tradição ou por educação pode imaginar que representam as verdadeiras razões e o ponto de partida de sua atividade (MARX, 1852).

Este trecho sugere que a base da qual parte o condicionamento incorpora tanto os aspectos econômicos (as “condições materiais”) como as relações sociais e as formas de propriedade. Trata-se de uma base econômico-social, e há algo que dela fica de fora, que é determinado pelo núcleo sócio-econômico, e que corresponde a uma “superestrutura” relativa ao âmbito das idéias e das formas de sensibilidade. Já em um texto publicado sete anos depois – este de natureza econômica, e não mais histórica –, aparece outra referência ao determinismo que posteriormente se tornou uma das mais citadas passagens de Marx para descrever o processo de condicionamento da vida social:

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade destas ‘relações de produção’ constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência (MARX, 1859).

Neste texto, um prefácio que prepara um ensaio de *Crítica da Economia Política*, a base parece convergir para um *modo de produção* que corresponderia à maneira como os homens em sociedade se organizam para produzir a sua vida material. A totalidade dessas *relações de produção*, são palavras de Marx, constitui

a “estrutura econômica da sociedade”, a base sobre a qual se eleva a “superestrutura”. São diferenças sutis entre uma passagem e outra, mas pode-se perceber que aqui a “base” é mais enfaticamente econômica que social. Marx fala agora em *relações de produção*, e não em *relações sociais*, quando pretende delimitar a base determinante, aqui já explicitada como a “estrutura econômica” da sociedade (sinônima, no texto, de “modo de produção da vida material”). Assim, o que fica de fora, e que constitui a superestrutura determinada, corresponde ao “processo da vida social, política e intelectual”. Dito de outra forma, a base encurtou em relação àquela descrita no *18 Brumário*, e a superestrutura ampliou-se, concomitantemente. Estas oscilações entre as várias passagens de Marx e Engels que se referem às determinações sociais sincrônicas já apontavam para variações que iriam ser freqüentemente exploradas pelos marxismos subsequentes. No limite, existirão autores que buscarão “estender” a noção de modo de produção também para o terreno dos aspectos culturais, de maneira que as determinações e condicionamentos passarão a ser considerados por dentro do próprio modo de produção, em um universo mais complexo de interações, e não como originários de um setor específico – o econômico –, do qual as demais instâncias sociais constituirão meros reflexos.

De modo geral, os resultados das investigações empíricas da História tendem a favorecer mais os modelos relativizados de determinismo, que oferecem aberturas para as complexidades históricas com as quais os historiadores vão se deparando, nos seus processos efetivos de pesquisa, do que os modelos unilineares e redutores de determinismo. O Quadro 1 (no final deste artigo) procura indicar as saídas fundamentais que têm sido pensadas por historiadores, sociólogos e filósofos marxistas no sentido de relativizar a questão do determinismo. O ponto “zero” corresponde ao problema, que é a idéia segundo a qual pode haver uma determinação absoluta da base sobre a superestrutura. O “econômico” teria aqui uma primazia, e as normas e cultura desdobrar-se-iam como meros reflexos secundários. Esta posição

foi radicalizada por alguns marxistas chamados ortodoxos, mas a verdade é que nos textos de Marx não está muito claro que o fundador do marxismo acreditasse numa determinação absoluta. O próprio Engels (1820-1895), cuja vida ultrapassou à de Marx (1818-1883) em doze anos, se confrontou, desde 1890, com novos questionamentos que o levaram a rever ou aprimorar suas posições frente ao problema, inclusive considerando o desenvolvimento mais avançado de um movimento socialista a respeito do qual já começara a gerar uma literatura crítica<sup>2</sup>. Daí as cartas a Bloch (1890) e Mehring (1893), nas quais apresenta suas novas posições. Desta época data a formulação do que registramos no Quadro 1, como a primeira saída do impasse do determinismo absoluto: a idéia de “determinismo em última instância”. Uma passagem extraída de uma das cartas a Mehring ilustra bem a nova posição assumida por Engels em relação à questão do determinismo:

No mais, falta apenas ainda um ponto que nas coisas de Marx e minhas não foi regularmente destacado de modo suficiente e em relação ao qual recai sobre todos nós a mesma culpa. Nós todos colocamos inicialmente – e tínhamos de fazê-lo – a ênfase principal, antes de mais nada, em derivar dos fatos econômicos básicos as concepções políticas, jurídicas, e demais concepções ideológicas, bem como os atos mediados através delas. Com isto, negligenciamos o lado formal em função do conteúdo: o modo e a maneira como essas concepções surgem. Isso deu aos adversários um belo pretexto para erros e deformações [...] Aqui [nos detratores do Materialismo Histórico] está subjacente a concepção vulgar, não-dialética, de causa e efeito como pólos opostos de modo rígido, com o esquecimento absoluto da interação. Esses Senhores esquecem com frequência e quase deliberadamente que um elemento histórico, uma vez posto no mundo através de outras causas, econômicas, no final das contas, agora também reage sobre a sua circunstância e pode reatuar até mesmo sobre as suas próprias causas (ENGELS, *Carta a Mehring*, 1893).

Posição antípoda em relação à de ‘Determinação em última instância’ é a idéia de “superdeterminação”, sustentada pelo filósofo franco-argelino Louis Althusser. Althusser, em seu ensaio intitulado *Contradição e superdeterminação* (1962), havia introduzido no marxismo estruturalista francês o conceito de *superdeterminação*, de modo a substituir a idéia de *contradição* por um modelo mais complexo de casualidade múltipla, tal como o que já vinha sendo empregado na Psicanálise, mas agora pensado como também aplicável a situações históricas e políticas. Em tal modelo, os princípios fundamentais do Materialismo Histórico parecem se esboroar: as determinações se invadem a cena de todos os lados, um tanto desordenadamente, e “os problemas do materialismo histórico e cultural são deixados sem solução, assim como embaralhados e elididos” (THOMPSON, 2001, p. 256).

Por outro lado, Louis Althusser é acusado de ter difundido em outras obras uma concepção bastante mecanizada em torno da mesma metáfora da oposição entre *base* (vista como infra-estrutura) e *superestrutura*. Edward Thompson (1924-1993) dirige severas críticas às concepções de Althusser no ensaio “A miséria da teoria ou Um planetário de erros”, embora também desfeche contundentes críticas ao stalinismo, ao qual oporá a noção de “socialismo humanista”. Para Thompson, ao dialogar de modo equivocado com o estruturalismo, Althusser teria negado o papel ativo dos homens na história, concebendo-os como meros reflexos ou desdobramentos da estrutura. Também contra Althusser partem vigorosas críticas de Pierre Vilar, em um artigo que escreveu em 1973 para a Revista dos Annales, intitulado “Histoire Marxiste, histoire em construction – Essai de dialogue avec Althusser”.

### **Repensando o Determinismo a partir da criação de novos conceitos**

Inicialmente, é oportuno lembrarmos que outra forma de relativizar a rigidez do esquema de determinação imposto da Base sobre a Superestrutura,

corresponde à criação de novos conceitos. Não estabelecemos esses novos conceitos como uma nova posição, e por isso situamos a sua menção na parte superior, fora do quadro circular das posições habituais frente ao problema da relação de determinação entre Base e Superestrutura. Antonio Gramsci, por exemplo, buscou relativizar a determinação econômica através do conceito de *hegemonia*. Este conceito procura lançar uma nova luz sobre os modos de dominação e controle que a *classe dominante* estabelece sobre as *classes dominadas*. Essa dominação não seria feita apenas através das forças repressivas (militares e policiais) e através da coação econômica direta. A *hegemonia* atua precisamente no âmbito daquilo que corresponderia à Superestrutura. Mas, desde já, observe-se a posição de Gramsci relativamente ao seu entendimento a cerca de modo de produção. Para ele, a estrutura e a superestrutura constituiriam, na verdade, um “bloco histórico”, de maneira que não deveriam ser examinadas separadamente. Além disto, é oportuno lembrar que Gramsci também reconhecia que as flutuações políticas e ideológicas não deveriam ser encaradas como meros reflexos imediatos da infra-estrutura:

(...) a pretensão de apresentar e expor qualquer flutuação da política e da ideologia como uma expressão imediata da infra-estrutura deve ser combatida, teoricamente, como um infantilismo primitivo, ou deve ser combatida, praticamente, com o testemunho autêntico de Marx, escritor de obras políticas e históricas concretas... Poder-se-á observar quantas cautelas reais Marx introduziu em suas investigações concretas, cautelas que não poderiam encontrar lugar nas obras gerais (GRAMSCI, 1997, p. 238).

Voltando à discussão sobre o conceito de *hegemonia*, esta se relaciona à capacidade de uma classe dominante exercer seu poder sobre as demais, não através da coerção e da repressão, e sim por meio de um consenso que é estabelecido através da difusão de certo conjunto de verdades em que todos os grupos sociais terminam por acreditar, sem se darem conta

de que, naquela ideologia de classe, que está sendo difundida como consenso, se escondem interesses particulares. A *hegemonia* “se quebraria” no momento em que as classes subalternas adquirem consciência e podem avançar em seu processo de luta social, impondo transformações nas relações de produção<sup>3</sup>.

O conceito de *hegemonia* foi incorporado ao instrumental teórico do Materialismo Histórico, e também adquiriu novos desenvolvimentos. Thompson, por exemplo, procurava enxergá-lo através da idéia de “reciprocidade”, que recoloca uma influência também das posições das próprias classes dominadas na constituição da *hegemonia*. Desta forma, a hegemonia não implicaria um movimento unilinear, dos interesses das classes dominantes para a sujeição ideológica das classes dominadas.

#### Autonomia relativa

Retornando às posições fundamentais diante da questão da *determinação*, encontraremos aquela que qualificamos como uma ‘autonomia relativa de certos elementos da superestrutura’. Esta posição começou a surgir quando os historiadores, antropólogos e sociólogos marxistas se puseram a estudar e pesquisar em áreas específicas, relacionadas à cultura e à política. Por exemplo, os estudos de História da Arte pareciam revelar a alguns historiadores um desenvolvimento autônomo de certos aspectos relacionados às formas de expressão artística ou ao desenvolvimento técnico. Nem sempre era possível atribuir tudo, no desenvolvimento da história da arte, ao que vinha ocorrendo no plano econômico-social. Embora alguns historiadores da arte tenham trabalhado mais diretamente dentro desta posição de determinação do social-econômico sobre a arte, como foi o caso de Hauser, outros já atribuíram, ao menos em algum nível, uma autonomia aos desenvolvimentos artísticos. Giulio Carlo Argan, por exemplo, está mais próximo dessa posição. Ao mesmo tempo, há ainda a posição a meio caminho entre considerar uma autonomia mais acentuada de certos setores culturais e a idéia já mencionada da “determinação em última instância”, proposta por Engels já nas cartas a Mehring<sup>4</sup>.

## REVISITANDO UMA POLÊMICA:

A ‘posição 3’ (do Quadro 1) refere-se à idéia de que haveria uma interação recíproca entre *base* e *superestrutura*. Assim como o desenvolvimento das forças produtivas redimensiona as relações de produção e concomitantemente aspectos como a arte, as expressões culturais, as concepções científicas, as ideologias, o imaginário, seria igualmente possível conceber que o desenvolvimento destas áreas também pode retroagir sobre a *base*, produzindo novas transformações.

### A rejeição da metáfora da superestrutura

A ‘posição 6’ (do mesmo quadro) busca redefinir o que deve ser colocado na chamada *base*, ou então redefinir o que é o *modo de produção*. São lançados questionamentos críticos que, no limite, colocam em cheque a própria metáfora utilizada (a idéia de uma base que se opõe e determina a estrutura). As perguntas são aqui colocadas. Resistirá à análise concreta de sociedades, das mais primitivas às mais complexas, a idéia de uma “base econômica” que define e redefine constantemente uma “superestrutura cultural”? A *base* corresponde diretamente ao “modo de produção”? Esse *modo de produção* inclui apenas a dimensão econômica?

Derek Sayer, por exemplo, rejeita em seu ensaio *A violência da abstração* (1987) a aplicação da metáfora base/superestrutura como um modelo da relação entre níveis, práticas ou instâncias substancialmente distintos no interior da formação social, e afirma em seguida:

(...) conceituar essa relação em termos causais (ou funcionais), é repetir exatamente a ilusão lógica da separabilidade superestrutural que Marx estava, acima de tudo, preocupado em refutar. Tais construções fogem espetacularmente ao assunto central desse argumento. A metáfora base/superestrutura aplica-se à relação entre o ser social e a consciência social e não é de modo algum um modelo virtual de ‘níveis’ sociais (SAYER, 1987, p. 91-2).

Portanto, Sayer denuncia um uso indevido da metáfora base/superestrutura, que um dia fora

utilizada por Marx para opor *ser social* e *consciência social*. O desvirtuamento dessa metáfora para simbolizar dimensões distintas do “social”, tais como a economia, a política e a cultura, teria sido obra de comentaristas posteriores. No limite, esses questionamentos tendem ao abandono mesmo do par “base / superestrutura” como imagem adequada para a compreensão de uma realidade histórica e social, o que corresponde, em nosso Quadro 1, a uma das alternativas da ‘posição 7’.

A rejeição da dicotomia estrutural parece ser, por exemplo, um dos desdobramentos da demonstração de Maurice Godelier de que não é possível separar *o ideal* e *o material*, no livro de mesmo nome (GODELIER, 1984). Por outro lado, caso se opte por conservar a distinção entre infra-estrutura e superestrutura, o antropólogo francês recomenda que “esta não deve ser tomada como uma distinção entre níveis ou instâncias, nem tampouco entre instituições” (GODELIER, 1984, p. 18-19), de modo que aqui se tem uma posição análoga à de Derek Sayer, anteriormente referida. Mas a principal contribuição de Maurice Godelier, particularmente amparada em um sistemático trabalho antropológico, está em mostrar que o papel central que desempenha “o econômico” nas sociedades capitalistas não pode ser estendido a todos os tipos de sociedades. Mesmo em sociedades nas quais o econômico desempenha o papel central, sempre nos perguntaríamos de que econômico estaríamos falando, sendo ainda preciso reconhecer – acompanhando Godelier em outro de seus ensaios –, que cada sociedade produz a sua própria racionalidade econômica, e que esta não é diretamente aplicável em relação a uma outra sociedade no tempo e no espaço (GODELIER, 1967, p. 303). De resto, e isto é ainda mais importante, seria possível demonstrar que “em certas sociedades as relações de parentesco (aborígenes australianos) e as relações políticas (Atenas no século V) ou político-religiosas (Antigo Egito) também funcionam como relações de produção” (GODELIER, 1984, p. 20). Desta forma, seguramente, a *produção* não corresponde a uma instância fixa, sempre a mesma, que se refere em todos os casos

apenas a categorias propriamente econômicas (no sentido capitalista ou moderno).

É de fato importante para o historiador e para o antropólogo redefinir, diante de cada realidade examinada, o que faz parte da *produção*, em cada caso. Godelier se pergunta, inclusive, por que no mundo atual “o econômico” torna-se o dominante, enquanto que nesta ou naquela sociedade as relações de parentesco, as relações políticas ou as relações religiosas podem se tornar dominantes. Em poucas palavras, o que explica que “um determinado conjunto de relações se torne dominante em um lugar e, no outro, [predomine] um conjunto diferente?”. A sua resposta constata:

[que] um conjunto de relações sociais se torna dominante quando funciona simultaneamente como relações sociais de produção, como arcabouço e fundamento social do processo material de apropriação da natureza (GODELIER, 1984, p. 20).

Se, no limite, as proposições de Maurice Godelier tendem a desautorizar, ou ao menos colocar sob suspeição, a metáfora base-superestrutura, a posição do historiador inglês Edward Thompson, por seu turno, aponta tanto para a redefinição do sentido de *modo de produção*, como para a rejeição radical daquela metáfora, que Thompson afirma ter sido meramente ocasional no próprio pensamento de Karl Marx. Podemos encontrar uma síntese de sua posição no célebre artigo “Folclore, Antropologia e História Social”, publicado em 1977, na *Indian Historical Review*:

Não estou pondo em dúvida a centralidade do modo de produção (e as subseqüentes relações de poder e propriedade) para qualquer compreensão materialista da história. Estou colocando em questão – e os marxistas, se quiserem abrir um diálogo honesto com os antropólogos, *devem* colocar em questão – a idéia de ser possível descrever um modo de produção em termos ‘econômicos’ pondo de lado, como secundárias (menos ‘reais’, as normas, a

cultura, os decisivos conceitos sobre os quais se organiza um modo de produção). Uma divisão arbitrária como esta, uma base econômica e uma superestrutura cultural, pode ser feita na cabeça e bem pode assentar-se no papel durante alguns momentos. Mas não passa de uma idéia na cabeça (THOMPSON, 2001, p. 254-255).

A metáfora estrutural, desta maneira, não tem salvação, na interpretação de Thompson, uma vez que ela conduz inevitavelmente ao reducionismo e ao “determinismo vulgar”. Pensar em um edifício que opõe sua base à superestrutura é já partilhar as diversas atividades e atributos humanos em uma instância ou outra: a economia, a tecnologia e as ‘ciências aplicadas’ na base de apoio; e as leis, a religião, a arte, e outros tantos aspectos da cultura em compartimentos mais frágeis, erguidos depois e em cima. E pior, porque ainda se deixa outros elementos “a flunar, desgraçadamente, no meio (lingüística, disciplina do trabalho)” (THOMPSON, 2001, p. 256). Essa maneira de ver as coisas, parece sugerir Thompson logo em seguida, pode mesmo conduzir a situações absurdas e patéticas na ação política, pois tal como teria ocorrido na planificação stalinista, tende-se a acreditar que

a boa sociedade pode ser simplesmente criada a partir da construção de uma ‘base’ industrial pesada, uma vez que “isto dado, uma superestrutura cultural irá, de algum modo, construir-se sozinha” (THOMPSON, 2001, p. 256).

As preocupações teóricas de Thompson, como se percebe, alinham-se bem de perto aos seus esforços práticos de trabalhar em favor de um “socialismo humanista”, sonho acalentado até a sua morte, em 1993<sup>5</sup>.

### Redefinindo a própria noção de Determinação

Outro grupo de posições que procura sair dos impasses do determinismo econômico remete a

redefinições da própria noção de *determinação* (item 7), que se mostra por vezes aproximada das idéias de ‘tendência’, ‘probabilidade’ ou campo de possibilidades, de modo a trazer mais flexibilidade ao aspecto da determinação diacrônica no Materialismo Histórico. Pierre Vilar, no célebre ensaio *Une histoire en construction* (1982), procura mostrar que “a produtividade é a condição necessária da transformação histórica; mas, contrariamente ao que se diz hoje, ela não é suficiente”. Polemizava, portanto, com os deterministas lineares de sua época<sup>6</sup>. O historiador francês está pronto a reconhecer que um modo de produção não se transforma simplesmente em outro exclusivamente a partir de suas transformações internas. Assim, no artigo “Problemas da formação do capitalismo”, publicado em 1953 na revista *Past and Present*, Vilar analisa a passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista a partir do contraste entre fatores exógenos e endógenos. Afirma, contudo, que é preciso ir ao cerne do sistema para captar o endógeno. De todo modo, reconhecer a participação de fatores externos na passagem de um modo de produção a outro é já repensar a natureza da determinação.

Repensar a noção de *determinação* (posição 5, Quadro 1) é também a proposta de Raymond Williams (1921-1988), ensaísta, novelista e crítico de arte que pode ser assemelhado aos historiadores da escola inglesa do marxismo e que, tal como estes, trazia como principal preocupação o estudo da Cultura. *Marxismo e literatura*, ensaio publicado em 1971, é possivelmente a obra em que se encontra maior aprofundamento na sua radical crítica à idéia de que, em uma determinada formação social, existiriam uma infra-estrutura determinante e uma superestrutura determinada, concebíveis como esferas separáveis uma da outra.

Antes de prosseguirmos com algumas observações sobre a posição de Raymond Williams relativamente ao *determinismo*, é oportuno lembrar a influência, em praticamente todos os pensadores marxistas ligados à Escola Inglesa, dos *Grundrisse*<sup>7</sup> de Karl Marx (1857-1858). Este trabalho foi tão importante para a Escola Inglesa da historiografia

marxista, como o foi “O fetichismo da mercadoria” para a Escola de Frankfurt. Há nos *Grundrisse* uma singular passagem em que Marx se utiliza de outra metáfora, que não a da base e superestrutura, para expressar um tipo de determinação que atravessaria os modos de produção. Ele se expressa em termos de “uma luz geral, na qual estão imersas todas as cores e que modifica suas tonalidades particulares; [...] um éter especial a definir a gravidade de tudo o que dele se destaca”. Esta passagem foi muitas vezes evocada pelos marxistas da Escola Inglesa, tal como Edward Thompson e o próprio Raymond Williams. Trata-se de uma metáfora em que se permite reconhecer a “cor particular” das diversas produções e esferas do social, nenhuma delas preponderante em relação às outras, e na qual a determinação atravessaria o modo de produção como um todo, como uma luz mais ampla que afeta a tudo, mas não elimina a tonalidade particular de cada elemento iluminado.

Não é gratuito o sucesso desta passagem entre os marxistas ingleses, notadamente a partir dos anos 1960, quando o texto chega à Inglaterra. A metáfora permite que não se pense na instância cultural como mero reflexo de outra coisa, tal como pode ocorrer quando se lança mão da metáfora espacial da infra-estrutura / super-estrutura. Segundo Raymond Williams, o próprio Marx, nas ocasiões em que a utilizou, sempre se propôs a pensar infra-estrutura e super-estrutura como uma “relação”. Assim, para Williams, somente depois foram surgindo as redefinições da base-superestrutura, a partir de esquemas fechados, sejam temporais ou espaciais. Na leitura temporalizada da relação base-estrutura, a saber, pressupõe-se que a base econômica precede temporalmente a consciência, e, a partir daí, tomam forma a política e a cultura. De igual maneira, na leitura espacializada desta mesma metáfora, investe-se na visualização de espécies de “camadas” bem separadas: a política, a cultura, a ideologia, a base econômica, sendo esta espacialmente anterior às demais (o edifício, vale dizer, é construído a partir de uma determinada base, e somente a partir daí vão surgindo outros andares). A proposta de redefinir *determinação*, em



Williams, é sustentada como um retorno a Marx, como uma correção de um desvio que fora imposto ao materialismo histórico por marxistas posteriores.

Teria sido a não-percepção de que a base é em si mesma “um processo dinâmico e internamente contraditório” o que teria levado ao entendimento da infra-estrutura como área dotada de propriedades fixas, prontas a exercer suas incontornáveis determinações. Por isso mesmo, Raymond Williams propõe a revisão do conceito de *determinação* (WILLIAMS, 1977, p. 86), que, segundo a sua concepção, deveria estar relacionado à fixação de limites, ao estabelecimento de horizontes, à produção de pressões, mas nunca à manifestação de uma força irresistível a determinar todas as demais instâncias sociais, através de um jogo de reflexos, e a conduzir a história em uma direção única que excluiria do destino humano a liberdade e as escolhas. Em síntese, se Thompson rejeitaria radicalmente o conceito de “infra-estrutura”, indo um passo além, já Williams pretende salvar esta noção imprimindo um novo sentido à idéia de determinação – depurando-a, por assim dizer, do *determinismo* em *stricto sensu*. Mas aqui também surge a necessidade de um novo ajuste, e Raymond Williams tomará emprestado o conceito althusseriano de *superdeterminação*<sup>8</sup>.

### Reenfatizando as ações humanas

Por fim, uma saída para o impasse ou para o imobilismo da *determinação absoluta* é conceder na análise historiográfica um maior espaço para a ação humana (posição 8; Quadro1), para o seu poder de transformar a realidade – sempre, é claro, no interior dos quadros das condições objetivas que enredam os homens, mas sem necessariamente tolher os seus movimentos a ponto de imobilizá-los e frear seu poder criativo. Retornamos aqui a Marx, a rigor, ao Marx historiador, pois é mesmo impressionante que, diante de situações histórico-sociais concretas a serem analisadas – o que Marx fez em *O 18 Brumário* (1852), *Luta de classes na França* (1850), *A guerra civil na França* (1871) –, reapareça a complexidade da

ação humana. A arte com que Marx equilibra, nestas obras, a determinação que se impõe sobre os homens e a capacidade destes mesmos homens de propor ou impor transformações na realidade que os enreda vai aparecendo à medida que a história se lhe mostra complexa. Os esquemas simplistas não funcionam mais, e Marx permite-se, em *O 18 Brumário*, uma análise digna de um historiador profissional, investigando fontes diversas, tirando partido das contradições entre o discurso das leis e os entreditos que nelas se escondem, trazendo à tona as páginas de jornais da época e abordando-as como discursos, atentando para o movimento dos preços e para a vida material dos camponeses, indagando por suas reminiscências imaginárias. As classes não se reduzem aqui ao esquema simplista que no *Manifesto Comunista* (1948) opõe capitalistas e trabalhadores: surgem as várias nuances pertinentes a cada grupo social, as suas idiosincrasias, o seu fazer-se diante dos acontecimentos.

A História, para o historiador Marx, mostra suas duas facetas: aquilo que se impõe sobre os homens através de condições objetivas herdadas das gerações anteriores, e aquilo que vai sendo transformado pela sua ação, pelo seu confronto através das lutas sociais. A História é para ele espaço de aprisionamentos e de liberdades. Há épocas em que a História parece se impor tiranicamente sobre os homens, deixando-lhes margens estreitas, no interior das quais, contudo, eles se movimentam; e há épocas em que esses mesmos homens parecem tomar para si a tarefa de revolucionar os seus destinos. Às vezes há simulacros, diálogos de uma época com outra, interpenetrações inesperadas. É célebre a abertura de *O 18 Brumário*, na qual Marx começa por evocar os acontecimentos franceses de 1848 a 1851 como caricaturas e reapropriações da Revolução Francesa ocorrida sessenta anos antes, registrando em seguida os dilemas dos homens diante de uma História que, ao mesmo tempo, lhes traz sofrimento e sobre a qual atuam:

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações

mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nestes períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestados os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar a nova cena da história do mundo nesse disfarce tradicional e nessa linguagem emprestada. Assim, Lutero adotou a máscara do apóstolo Paulo, a Revolução de 1789/1814 vestiu-se alternadamente como a República Romana e como o Império Romano, e a Revolução de 1848 não soube fazer nada melhor que parodiar ora 1789, ora a tradição revolucionária de 1793/1795. De maneira idêntica, o principiante que aprende um novo idioma, traduz sempre as palavras deste idioma para a sua língua natal; mas, só quando puder manejá-la sem apelar para o passado e esquecer sua própria língua no emprego da nova, terá assimilado o espírito desta última e poderá produzir livremente nela (MARX, *O 18 Brumário*).

A ação humana combina-se com os condicionamentos objetivos no entretecer da História. Marxistas diversos irão se contrapor aos exageros que podem surgir com a idéia de *determinismo*, que em outros autores impõe-se de forma absoluta, e buscam chamar atenção para aquilo que assegura ao mundo humano um espaço de liberdade: a *práxis*. Jorge Larrain procura lembrar que “são os seres humanos, com sua atividade prática, que provocam a mudança dentro de um quadro de opções limitadas” (1986, p. 116).

### Sobre a *determinação diacrônica*

Falemos um pouco da ‘determinação diacrônica’ – aquela que relaciona as diversas formações sociais no tempo, procurando conceber uma como historicamente derivada da outra. Sabe-se que Stalin, em

seu exercício ditatorial durante a experiência socialista soviética, decidiu impor à historiografia russa sob seu controle a idéia de que haveria uma sucessão histórica única e unívoca de cinco modos de produção para quaisquer sociedades humanas: o comunismo primitivo, o escravismo antigo, o feudalismo, o capitalismo, o socialismo.

Esta imposição de uma seqüência modelar única constitui, na verdade, uma deformação das intenções de Marx e Engels, nos textos em que discutem as passagens entre modos de produção, pois os fundadores do *materialismo histórico* não pretendiam criar uma “lei a-histórica” que submetesse a História. Em uma das *Cartas russas*, datadas de 1878, Marx esclarece isto a Vera Zazulich, que lhe indagara sobre o que pensava a respeito do caso russo, onde já crescia um movimento revolucionário, em meio a amplas permanências feudais, a um capitalismo ainda muito incipiente, e num contexto em que o campesinato representava um grupamento social extremamente significativo a ser considerado como força social. Em uma resposta que não chegou a ser enviada, mas que esclarece à historiografia posterior a sua posição a respeito, Marx menciona que poderia estar se apresentando “a melhor oportunidade que a história já ofereceu a uma nação para passar a uma sociedade sem classes sem sofrer as cruéis leis do capitalismo” (FONTANA, 2004, p. 213). Marx, portanto, admite ali a possibilidade de uma sociedade saltar do feudalismo ao socialismo.

Textos como este, que para muitos parecem contradizer a clássica passagem da *Contribuição à crítica da economia política* (1859), mostram que a idéia de uma determinação diacrônica rigorosa e de via única não era sustentada por Marx e Engels, embora tenha sido adotada, posteriormente, por dirigentes marxistas, como no caso da historiografia stalinista. Mesmo em 1890, por ocasião de congressos do Partido Social-Democrata Alemão (PSDA), começava a surgir uma “esquerda esquemática” que queria se opor radicalmente à virada parlamentarista que começava a se anunciar no PSDA. Os esquerdistas esquemáticos procuravam afrontar o novo estilo da social-democracia (futura base para a idéia de atingir

o socialismo pela via parlamentar e pacífica), interpretando certos textos como o *Manifesto comunista* ao pé da letra e como modelos dogmáticos aos quais deveria se ajustar a História. Contra estes esquematismos, Engels escreveria algumas das famosas cartas de 1890. De todo modo, o esquematismo dogmático de fins do século XIX constituiria o início de uma vigorosa tradição que mais tarde culminaria com as imposições stalinistas sobre a sucessão linear e única dos modos de produção. Mas isto ainda geraria muitas controvérsias, que se intensificariam particularmente na segunda metade do século XX<sup>9</sup>.

Eric Hobsbawm – que assim como Thompson é componente da “escola inglesa de historiadores marxistas” – apresenta uma posição peculiar no que se refere à sucessão dos modos de produção. Já desde 1964, na Introdução à edição inglesa da parte dos *Grundrisse* que se refere às *Formações econômicas pré-capitalistas* (1991), Eric Hobsbawm afirmara que, se por um lado, o materialismo histórico sustentava-se na idéia de que a história se entretetece da sucessão de modos de produção, por outro lado, não haveria qualquer sucessão única previsível, ou mesmo certos modos de produção que deveriam aparecer necessariamente no decurso da história. A função dos historiadores seria estudar os modos de produção surgidos concretamente do devir histórico, mas não postular uma tipologia única e válida para toda a história humana.

De igual maneira, Hobsbawm aponta um ajuste na maneira de compreender as transformações inerentes aos modos de produção. No balanço “Marx e a História”, publicado em 1984 na revista *New Left*, o autor propõe a idéia segundo a qual os elementos desestabilizadores de um *modo de produção* implicariam muito mais a potencialidade para a transformação do que a certeza de transformação. Para além disto, à parte os motivadores internos, admite já a presença de fatores externos na transformação de um modo de produção em outro, com o que o historiador anglo-egípcio passa a situar a transformação histórica em um nível de percepção mais amplo, no qual as mudanças se dariam também através do contato

entre duas sociedades, e não apenas como algo que se produz exclusivamente no interior do sistema (1984, p. 47).

Também entre outros historiadores marxistas ingleses, para além dos já mencionados Edward Thompson e Eric Hobsbawm, surgiria a crítica aos esquemas lineares de *determinismo*. O determinismo diacrônico – que prevê a sucessão de modos de produção, transformando-se uns em outros – seria criticado nos seus esquemas mais lineares e simplistas pelo historiador e arqueólogo australiano Gordon Childe, cuja longa atividade historiográfica percorreria um extenso arco de contribuições até atingir, nas últimas obras, uma crítica sistemática às concepções tradicionais e lineares de progresso. É interessante analisar esta complexa obra, que começa nos primeiros livros a falar para a humanidade primitiva em termos de uma longa ascensão em direção à “revolução neolítica”, e que atinge, ao final da vida, a crítica radical à idéia de que a história conduzir-se-ia através de um processo de determinações ao que chamava de “final previsto por antecipação” (TRIGGER, 1980).

A questão da oposição interativa entre “liberdade” e “necessidade” está no cerne das preocupações de outro grande pensador ligado ao materialismo histórico, o húngaro Georg Lukács (1885-1971). Para ele, apenas o “marxismo vulgar” concebia a realidade histórica como diretamente determinada por condições objetivas que se impunham sobre os homens de maneira linear e inflexível, sendo característica central do “marxismo autêntico” precisamente o reconhecimento de uma realidade que se abre como campo para a ação dos grupos sociais e dos indivíduos. O resultado mais significativo desta preocupação fundamental é o ensaio *História e consciência de classe* (1923), que busca reconstituir a teoria marxista da *alienação*, importante conceito desenvolvido por Karl Marx para compreender as relações de trabalho na sociedade capitalista, explorando ainda os conceitos de *ideologia*, *falsa consciência*, *reificação* e, finalmente, a noção que dá título ao referido trabalho, a de *consciência de classe*. O objeto central das discussões empreendidas por Lukács nesse célebre ensaio

## REVISITANDO UMA POLÊMICA:

refere-se ao confronto entre a ideologia projetada pela consciência de classe burguesa e o desenvolvimento, no proletariado, de uma consciência de sua posição revolucionária. Tal discussão nos remete a outra importante constelação de conceitos que tem construído a identidade teórica do materialismo histórico – o quadro teórico que gira em torno do conceito basilar de *classe social* – e é deste âmbito conceitual que trataremos logo a seguir.

### **Que instâncias proporcionam o movimento à transformação histórica?**

É oportuno lembrar que uma reflexão em maior profundidade sobre o determinismo diacrônico leva ainda a considerar, para além da transformação externa de uns modos de produção em outros, os motores que impulsionam o movimento histórico por dentro deste processo. Gerry A. Cohen – um dos mais destacados historiadores da corrente que ficou conhecida a partir dos anos 1970 como “Marxismo analítico”<sup>10</sup> – irá se deter nesta questão. Em seu ensaio *A teoria da história de Marx: uma defesa* (1978), situa o motor interno da história no desenvolvimento tecnológico do modo de produção, dentro do qual as ‘forças de produção’ apresentariam, a longo prazo, uma tendência ao desenvolvimento autônomo. A favor delas ou contra elas, ampliando ou opondo sua inércia, atuariam as relações sociais e a política, de acordo com o clássico modelo dialético da oposição contraditória entre forças de produção e relações de produção. Um outro historiador ligado ao “marxismo analítico”, Robert Brenner (1977), prefere situar o motor que movimenta o modo de produção capitalista na própria competição capitalista. Richard Miller, por seu turno, em um ensaio de 1984, intitulado *Analisando Marx: moralidade, poder e história*, recoloca a questão em maior nível de complexidade: “a mudança econômica interna básica resulta (onde quer que de fato aconteça) de uma tendência auto-transformadora do modo de produção como um todo, isto é, das relações de produção, das formas de

cooperação e da tecnologia através das quais se produzem os bens materiais”. Mais adiante, prossegue:

A mudança pode-se basear em desenvolvimentos nas formas de cooperação ou na tecnologia, permitindo que tenha acesso a uma força produtiva intensificada um determinado grupo subordinado e motivando sua resistência às antigas relações de produção por terem estas inibido o desenvolvimento maior dessa nova força de produção. Mas nessa ampla teoria do modo de produção a mudança também pode ser totalmente interna às relações de produção. Os padrões de controle nas antigas relações de produção podem tornar inevitável que um grupo inicialmente não-dominante adquira poder e pretenda superar as antigas relações (MILLER, 1984, p. 172-173).

Não haveria, conforme propõe Miller, um esquema simplista e mecânico que explicasse, com uma única fórmula, o movimento interno da História, por dentro do próprio modo de produção, e a transformação poderia surgir, de fato, de inúmeras maneiras, o que parece estar bem mais de acordo com a variedade de situações que nos oferece a História. Esta leitura também confirma a maior maleabilidade que encontramos no Marx historiador, quando este analisa situações histórico-concretas como em *O 18 Brumário* (1852) e *Luta de classes na França* (1850). Diante da diversidade histórica possível, das forças sociais em múltiplas relações e dos fatores diversos, os esquemas simplistas cedem, dando lugar a análises mais complexas.

Convém lembrar também o destaque dado, nos textos históricos – tanto de Marx como de historiadores marxistas posteriores –, ao fator humano como principal foco da transformação, como força maior que movimenta a História por dentro. A importância dos homens – individualmente e constituindo classes sociais – cresce nas análises históricas específicas, e é a isto que se refere Jorge Larrain em sua *Reconstrução do materialismo histórico* (1986), em um ensaio no qual evoca como texto central para compreender o

modelo histórico de Marx não o tão falado *Prefácio da crítica para a economia política*, mas sim o principal texto através do qual Marx exerceu excepcionalmente a função de historiador: *O 18 Brumário* (1852). Retomando a célebre passagem em que Marx ressalta que “são os homens que fazem a história, mas sempre sob condições que não são de sua própria escolha”, Larrain não hesita em afirmar que toda transformação vem da própria ação humana, ela mesma desempenhando o papel de principal força motora da história:

São os seres humanos, com sua atividade prática, que provocam a mudança dentro de um quadro de opções limitadas. É verdade que os seres humanos não escolhem livremente suas forças produtivas e suas relações de produção – recebem-nas das gerações precedentes – mas isto absolutamente não os torna impotentes para mudá-las, nem impede várias possibilidades na tentativa de alterá-las (LARRAIN, 1986, p. 116).

À leitura habitual de que forças poderosas para além do homem constituem o verdadeiro motor da História, contrapõe-se uma outra: na verdade seria o próprio Homem o grande regente de toda transformação. É ele quem, integrando-se e contrapondo-se às condições objetivas de sua própria existência, e atuando dentro dos limites que lhe toldam os movimentos, apresenta-se em última instância como o grande responsável pela transformação histórica. Isto nos remete mais uma vez ao segundo grande núcleo de conceitos que traz vida à concepção do materialismo histórico: aquele que se constrói em torno das idéias de *classe social* e de *luta de classes*. Eis aqui outro par de conceitos cujas variações no decorrer da história do materialismo histórico merecem também uma discussão aprofundada. Tal discussão, obviamente, requereria um novo artigo, de proporções equivalentes às deste que aqui encerramos com o espírito de levantar as alternativas que têm se disponibilizado à teoria do materialismo histórico.

## Notas

- 1 Algumas das correspondências que documentam estas preocupações podem ser indicadas. A *Carta de Engels a Bloch*, datada de 21 de setembro 1890; a *Carta de Engels a Mehring*, datada de 14 de julho de 1893 (*Marx-Engels selected correspondence*. Londres: 1936, p. 475-7 e 510-3), as *Cartas a Schmidt*, de 1890, e as *Cartas a Starkenburg*, de 5 de janeiro 1894. Ver Fernandes (org.), 1984, p. 455-471.
- 2 Sobre isto, ver o artigo de Eric Hobsbawm intitulado “O Doutor Marx e seus críticos vitorianos” (2000, p. 281-292).
- 3 O Estado, na teorização proposta por Gramsci, desempenha um papel duplo e contraditório, com relação à difusão hegemônica no bloco histórico. Vejamos os comentários de J. A. Guilhon Albuquerque: “De fato, embora mantendo a metáfora da estrutura e da superestrutura, para Gramsci o Estado não é o último andar de um edifício, de onde a classe dominante exerce o seu poder, mas uma função de classe, uma função contraditória que se desdobra na dupla função da hegemonia (ideologia, sociedade civil), e de ditadura (coerção, sociedade política)” (ALBUQUERQUE, 1985, p. 20).
- 4 Antes de romper definitivamente com a metáfora “base / superestrutura”, Thompson se refere, em um artigo de 1976 sobre “Os modos de produção e revoluções na Inglaterra”, à necessidade de “levar a sério a autonomia dos acontecimentos políticos e culturais que são, todavia, em última análise, condicionados pelos acontecimentos ‘econômicos’ [coloca especialmente entre aspas a palavra ‘econômicos’]” (THOMPSON, 2001, p. 207). Neste mesmo texto, ele já começa a se posicionar contra a metáfora “base / superestrutura”, mas ainda não a rejeita definitivamente como nos artigos de 1977: “Especialmente, talvez convenha colocar em questão o esquema rígido infra-estrutura X superestrutura: a tradição herdou uma dialética legítima, mas a metáfora mecânica singular pela qual ela se expressa é talvez enganosa” (THOMPSON, 2001, p. 207). “Talvez enganosa”, nos diz Thompson, sem ainda querer avançar para o passo definitivo que será o da rejeição da metáfora.
- 5 A inadequação da metáfora que contrasta base e estrutura já é apontada por Thompson, desde 1957, no texto em que discute o Socialismo Humanista (New Reasoner I, 1957). De modo geral, em “As peculiaridades dos ingleses” (1978), ele mostra a sua pouca afinidade com o uso de metáforas: “Enfim, a dialética da dinâmica social não pode ser vinculada a uma metáfora excludente dos atributos humanos. Só podemos descrever o processo social – como Marx mostrou em *O 18 Brumário*: escrevendo história. E, mesmo assim, terminaremos apenas com um relato seletivo de um processo particular” (THOMPSON, 2001, p. 58).
- 6 Ver também Lemarchand, 2007, p. 93-104.
- 7 O volumoso manuscrito que recebeu este nome havia sido concebido por Karl Marx como uma preparação às suas mais alentadas obras de análise sobre o modo de produção capitalista, respectivamente, a *Contribuição à crítica da economia política* (1859) e *O capital* (1867). Contudo, os *Grundrisse* teriam de esperar 81 anos para serem publicados

## REVISITANDO UMA POLÊMICA:

pela primeira vez, o que ocorreu em Moscou entre 1939 e 1941. O texto só retornaria à Alemanha, na sua forma completa, em 1953. Em 1964, foi traduzido para o inglês a parte dos Grundrisse intitulada Formações econômicas pré-capitalistas, que recebeu um importante prefácio de Eric Hobsbawm.

- 8 “O conceito de ‘superdeterminação’ é uma tentativa de evitar o isolamento de ‘categorias autônomas’, e, não obstante, interativas, é claro” (WILLIAMS, 1979, p. 92).
- 9 Para complicar, o próprio Engels, ao fim da vida, converte-se em um “marxista” (isto é, em um divulgador das idéias de Marx, o que termina por preparar um caminho para o dogmatismo). Livros como *O socialismo utópico e o socialismo científico* (1880) – extraído do *Anti-Dühring* de Engels (1878) no calor de uma disputa territorial contra outra formulação socialista que havia surgido – constituirão a partir daí uma literatura voltada para um público mais amplo a ser convertido para as idéias socialistas. Estas obras, por vezes manuais esquematizados, anunciarão o início de uma ortodoxia marxista que, passando por Labriola e Plekhanov, culminará com Lênin, vindo a constituir o que foi denominado, por alguns, “marxismo-leninismo”. Exemplo da vulgata marxista reducionista é o manual de BUKHARIN (1970).
- 10 O “Marxismo analítico” – corrente surgida no início dos anos 1970 – também ficou conhecido como “Marxismo da escolha racional”, contando com autores como Gerry Cohen, Robert Brenner, John Elster e John Roemer. A clareza e precisão conceitual é uma preocupação constante do grupo, que, entre outros assuntos, trata da contradição entre forças de produção e relações de produção.

### Bibliografia

- ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. “Althusser: a ideologia e as instituições”. In ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985. p. 7-51.
- ALTHUSSER, Louis. “Contradição e superdeterminação”. In *Análise crítica da teoria marxista (pour Marx)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967 [original do ensaio: 1960].
- BRENNER, Robert. The origins of capitalist development: a critic of neo-smithian marxism. *New Left Review*, I, 104, July–August 1977.
- BUKHARIN, N. *Tratado de materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Laemert, 1970.
- COHEN, G. A. *Karl Marx’s theory of history: a defense*. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. São Paulo: Paz e Terra, 1976 [original: 1878].
- ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico* (e também: “Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã”). São Paulo: Fugor, 1962 [original: 1880].
- ENGELS, Friedrich. “Carta a Mehring” (14 de julho de 1893), in FERNANDES, F. (org.). *Marx e Engels: História*. São Paulo: Ática, 1984. p. 465-466.
- ENGELS, Friedrich. “Cartas a Schmidt” (5 de agosto e 27 de outubro de 1890), in FERNANDES, F. (org.). *Marx e Engels: História*. São Paulo: Ática, 1984. p. 455-458 e p. 458-464.
- ENGELS, Friedrich. “Cartas a Starkenburg” (25 de janeiro de 1894), in FERNANDES, F. (org.) *Marx e Engels: História* (org: Florestan Fernandes). São Paulo: Ática, 1984. p. 468-471.
- FONTANA, Joseph. *História dos homens*. Bauru-SP: EDUSC, 2000.
- GODELIER, Maurice. *L'idéal et le matériel*. Paris: Fayard, 1984.
- GRAMSCI, Antonio. *O materialismo histórico e a filosofia de Benedetto Croce*. Torino: Einaudi, 1955.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997-2002 (6 vol.).
- HOBBSAWM, Eric. “O Doutor Marx e seus críticos vitorianos”, in *Os trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 281-292.
- HOBBSAWM, Eric. *Marx e a História. New left review*. London: fevereiro de 1984, p. 39-50 [incluído em *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 171-184].
- LARRAIN, Jorge. *A reconstruction of historical materialism*. London: Allen and Unwin, 1986.
- LEMARCHAND, Guy. “A noção de modo de produção em Pierre Vilar”. In COHÉN, Aron; CONGOST, Rosa; LUNA, Pablo F. *Pierre Vilar: uma história total, uma história em construção*.

- Bauru-SP: EDUSC, 2007, p. 93-104.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. Rio de Janeiro: Elfos, 1989 [original: 1923].
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich (org: Florestan Fernandes). *Marx e Engels: História – textos escolhidos*. São Paulo: Ática, 1984.
- MARX, Karl. *As lutas de classe na França (1848-1850)*. vol. I. São Paulo, Ed. Sociais, 1977 [original: 1850].
- MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997 [original de O 18 Brumário, 1852].
- MARX, Karl. *Grundrisse der kritik der politischen ökonomie* (linhas básicas para a Crítica da economia política). Berlim: Dietz, 1953 [original: 1858].
- MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991 [Extraído dos Grundrisse; original, 1858].
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977 [original: 1859].
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979 [original: 1867].
- MARX, Karl. “A guerra civil na França”, in *A Revolução antes da Revolução*, volume 2. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 339-355. [original: 1871]
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1988 [original: 1848]
- MILLER, Richard W. *Analysing Marx: morality, power and history*. Princeton: Princeton University Press, 1984.
- PLEKANOV, G. “O papel do indivíduo na História”, in *Concepção materialista da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 72-112.
- SAYER, Derek. *The violence of abstraction*. London: Blackwell, 1987.
- THOMPSON, Edward P. *Socialist Humanism*. *The New Reasoner*, London, nº 1, p. 105-143, Summer, 1957.
- THOMPSON, Edward. *Miséria da teoria* ou: um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981 [original: 1978].
- THOMPSON, Edward Paul. “Folclore, Antropologia e História Social”. In *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. São Paulo: UNICAMP, 2001. p. 254-267 [original: 1977].
- THOMPSON, E. P. “Modos de dominação e revoluções na Inglaterra”. In *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. São Paulo: UNICAMP, 2001. p. 203-225 [orig: 1977].
- VILAR, Pierre. *Histoire marxiste, histoire em construction – Essai de dialogue avec Althusser*. *Annales ESC*, nº 1, p. 165-198. 1973-b.
- VILAR, Pierre. *Problems of formation of capitalism*. *Past and present*, X, p. 15-38, 1953 [incluído em *Une histoire en construction*, 1982, p. 125-153]
- WILLIAMS, Raymond. *Marxism and literature*. London: Oxford University Press, 1977 [original: 1971].

(Recebido para publicação em dezembro/2011.  
Aceito em março 2012)